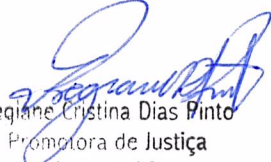
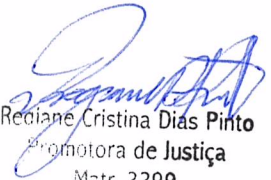


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MACAÉ — 29/03/2017

Em obediência ao previsto no art. 4º da Resolução 82/2012 do CNMP, lavra-se, nesta data, ata da AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada no dia 29 de março de 2017, das 14hmin às 17:05 min, no Salão Nobre da Câmara dos Vereadores do Município de Macaé – RJ, tendo como objetivo a discussão dos casos de infrequência e evasão escolar na rede municipal de ensino de Macaé. A audiência iniciou-se sob a presidência da Dra. Regiane Cristina Dias Pinto, Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Macaé, e a mesa foi composta pelas seguintes autoridades: o Secretário de Educação, o Sr. Carlos Augusto Garcia Assis; o coordenador de Educação Social da SEMED, Sr. José Augusto Aguiar, a Comissária de Justiça da Infância, Juventude e Idoso e representante do Poder Judiciário, Sra. Ana Paula Ferreira; o Vereador e representante do Poder Legislativo municipal, Sr. Marcel Silvano, e o representante dos Conselhos Tutelares de Macaé, o Sr. Stênio Barcelos. A Dra. Regiane Cristina Dias Pinto iniciou cumprimentando os presentes e explicando como se dará a dinâmica da Audiência Pública, bem como esclarecendo que cada pessoa que quiser fazer o uso da palavra, poderá fazê-lo por cinco minutos. Ato contínuo, definiu o que é evasão escolar, trazendo dados nacionais sobre o tema, e ressaltando a importância de que sejam identificados os problemas específicos do município de Macaé. Nesse sentido, explicou que quando o aluno atinge 25% das faltas, considera-se que ele abandonou a escola. No município de Macaé, segundo dados do site foradaescolanaopode.com.br, há 2937 alunos fora da escola, pelos mais diversos motivos, como a pobreza, dificuldade de acesso na zona rural e a falta de recursos básicos da escola. Portanto, no combate à evasão escolar, diversos fatores devem ser trabalhados em conjunto. A Promotora de Justiça ressaltou que a escola está encarregada de combater a evasão dentro do âmbito de suas atribuições, procurando ouvir os pais quando o aluno começa a ter um número de faltas expressivo. Nesse sentido, a SEMED realiza os mutirões periódicos nos bairros, e os Conselhos Tutelares participam desses mutirões, dando advertências e aplicando medidas protetivas. Caso persista a


Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
Metr. 2299

situação de evasão, o Ministério Público é acionado. Diante disso, a Promotora de Justiça advertiu os responsáveis presentes na Audiência Pública acerca das consequências legais da evasão escolar de seus filhos, tendo em vista que, caso se comprove uma atuação negligente dos pais nesse sentido, estes podem responder a uma representação administrativa. Passou-se, então, a palavra ao Secretário de Educação, que asseverou que a SEMED vem empreendendo intensos esforços no combate à evasão escolar, possuindo inclusive uma coordenadoria específica para tratar do assunto. Explicou que quando o aluno possui cinco faltas consecutivas ou dez alternadas, a escola preenche o FICAI, e chama os responsáveis para tentar entender o motivo pelo qual o aluno está fora da escola. Afirmou também que foram realizados mutirões bimestrais, no qual os pais eram chamados para que esclarecessem o motivo pelo qual seu filho não está na escola. No final do ano passado, a SEMED encaminhou ao Ministério Público uma relação com cerca de trezentos e vinte pais que não compareceram aos mutirões. Essas ações tem diminuído a evasão do município de Macaé. Desta feita, o Sr. Carlos Augusto Garcia Assis passou a apresentar os diversos projetos complementares que também são realizados pela SEMED e que auxiliam no combate à evasão escolar. Esclareceu que os principais motivos aferidos pela SEMED nos mutirões para a evasão escolar são doença na família, dificuldade de cumprir horário e o desinteresse. Ademais, salientou que foi criado no Hospital Público Municipal o projeto denominado "classe hospitalar" para que a criança internada possa ter um acompanhamento escolar. O Secretário de Educação finalizou sua fala salientando que a SEMED continuará intensificando esforços para aprimorar o combate à evasão escolar. Passou-se a palavra a Sra. Ana Paula Ferreira, Comissária de Justiça da Infância, Juventude e Idoso, que cumprimentou os presentes e esclareceu que representava a Exma. Sra. Dra. Ingrid Carvalho de Vasconcellos, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Macaé, sendo que todos os apontamentos e conclusões extraídos da presente Audiência Pública serão devidamente repassados à referida Magistrada. O Conselheiro Tutelar, Sr. Stênio Barcelos, iniciou sua fala salientando que a responsabilidade dos pais em matricular seus filhos na escola decorre da lei, bem como a responsabilidade do Estado em oferecer o ensino gratuito e de qualidade. Nesse sentido, o Conselho Tutelar atuará para garantir


Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
Matr. 2299

a efetivação do direito fundamental à educação. Quando a criança está fora da escola, o Conselho Tutelar busca aplicar medidas pertinentes e protetivas, além de buscar orientar os pais para que matriculem os filhos na escola e acompanhem seu rendimento escolar. Caso tais medidas não resolvam a situação, o Conselho Tutelar encaminhará o caso ao Ministério Público. Nesse sentido, o Sr. Stênio entende que a equipe gestora da escola deve olhar para o aluno como cidadão de direitos, devendo esgotar todos os recursos escolares para só depois encaminhar o caso para o Conselho Tutelar. Passou-se a palavra ao Coordenador de Educação Social da Semed, o Sr. José Augusto Aguiar, que iniciou sua fala asseverando que os esforços devem ser intensificados no sentido de trabalhar no combate à infrequência, antes mesmo do combate à evasão. Nesse sentido, as desigualdades sociais também devem ser trabalhadas, e não somente o mero combate à evasão, sendo realizadas políticas públicas nesse sentido. Ademais, falou aos pais presentes que, se existe uma única possibilidade de se superar os desafios e dificuldades e realizar os sonhos de cada indivíduo, isso passa necessariamente pela escola. Fazer com que seus filhos frequentem a escola é fazer com que possam, em um futuro muito breve, se realizarem como cidadãos. Afirmou que a escola garante o acesso à informação e ao conhecimento, que serão ferramentas para o enfrentamento das dificuldades. Nesse sentido, é indispensável que os pais participem da vida/ comunidade escolar. Outra questão salientada pelo Sr. José Augusto foi que a contribuição dos pais à escola pode fazer com que esta se torne um lugar mais atraente aos alunos. Essa responsabilidade não pode ser apenas dos professores e dos gestores escolares, mas também dos pais, do Ministério Público, do Conselho Tutelar, da SEMED e da sociedade como um todo. O Sr. José Augusto encerrou sua fala pedindo aos pais que assumam sua responsabilidade na condução da vida escolar de seu filho. O Vereador Marcel Silvano iniciou sua fala, como representante do Legislativo Municipal, explicitando que a Comissão Permanente de Educação da Câmara Municipal de Macaé possui um calendário quinzenal de reuniões, possuindo o ramal 400 exclusivo para sugestões de pautas. Asseverou que todos os vereadores apresentam leis para aprimorar a educação de Macaé, mas que vem sendo ignoradas pelo Poder Executivo. Salienta que os esforços para a educação precisam ser conjuntos, envolvendo todos os Poderes. Entende que as



Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
Matr. 2299

disputas de poder devem ser superadas em prol de uma melhoria ampla da educação de Macaé. Entende que a responsabilidade não deve ser somente das famílias, pois muitas vezes estas se encontram fragilizadas. O esforço precisa ser conjunto dos órgãos do governo. Em seguida, a Promotora de Justiça abriu a fala ao público, possibilitando que, cada um que deseje, possa fazer uso da palavra por cinco minutos. O Sr. Wellington dos Santos Souza, pai de aluno, questionou acerca da advertência aos pais, citada pelos componentes da mesa. Explicitou que seu filho é portador de necessidades especiais e que vem procurando ajuda tanto da escola quanto da SEMED para manter seu filho na escola. A Dra. Regiane explicou que a advertência não é para casos iguais ao explicitado pelo Sr. Wellington, mas apenas para os pais que demonstrarem ser negligentes para com a educação de seus filhos. Sr. Marcelo Mauricio dos Santos, representante do CMDDCA e o CRIAAD, asseverou que a retomada do processo de escolarização é um desafio para o jovem que praticou atos infracionais. Esclareceu que a criação de polos para o projeto do controle de fluxo aumentou a evasão escolar, pois os jovens alegam que não podem frequentar as escolas para onde foram encaminhados, porque tais estabelecimentos de ensino encontram-se em uma região de uma “facção” diferente. O Secretário de Educação, por sua vez, entende que não há, no momento, como colocar o projeto do controle de fluxo e o EJA em todas as escolas, por não haver estrutura física e nem pessoal em quantidade suficiente para isso. Mas que a SEMED está ciente da situação, e que houve um esforço no fim do ano passado para reverter isso. A Sra. Guilhermina Luzia da Rocha, professora e representante do SIMPRO, entende que é preciso refletir sobre as causas de a escola ter se tornado desinteressante aos alunos. Também se posiciona no sentido de que os pais precisam entender que estão sendo convidados, e não obrigados a estar na Audiência Pública, e que são aliados valiosos no combate à evasão escolar. É preciso garantir ao aluno uma educação de qualidade e garantir que o aluno permaneça até se formar. Entende que não adianta apenas responsabilizar os pais, mas perceber que a educação é muito mais complexa que isso. E que o aluno, como sujeito de direitos, precisa ser ouvido. A Dra. Regiane agradeceu aos pertinentes comentários da Sra. Guilhermina e salientou que espera que os professores continuem contribuindo na Audiência Pública, de modo que cada professor fale


Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
M-tr. 2299

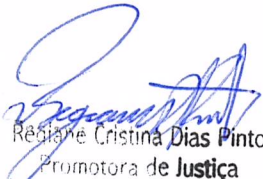
sobre a realidade específica que atravessa em sua escola. A Sra. Alessandra, mãe de aluno, perguntou qual seria a responsabilidade do jovem que não vai à escola, não obstante os inúmeros esforços empreendidos pelos pais no sentido de que ele permaneça estudando. O Sr. Stênio esclareceu que o jovem abaixo dos 16 anos é considerado juridicamente como absolutamente incapaz, necessitando do constante auxílio dos pais para assegurar seus direitos. Quando o pai identifica que o adolescente está colocando em risco seus próprios direitos, o pai deve se posicionar e apresentar o caso aos órgãos competentes, caso não consiga resolver o caso por contra própria. O Sr. Stênio entende que os pais, em muitos casos, têm a vontade de garantir os direitos dos filhos, mas não conseguem. A Dra. Regiane explicou que o Ministério Público entende as dificuldades dos pais, e que o poder familiar está se enfraquecendo na sociedade por muito motivos, dentre eles, pelo fato de que os pais precisam trabalhar o dia inteiro e acabam não estando tão presentes quanto gostariam. O Ministério Público está ciente disso e se demonstra sensível a essa situação. A Sra. Sonia Maria Dias perguntou ao Sr. Stênio o que significaria quando este afirmou que a escola deve esgotar todas as possibilidades ao seu alcance referente ao aluno faltoso. O Sr. Stênio respondeu que isso significaria o contato via telefone, email, recado por outros alunos, recados por outros pais, visita domiciliar, dentre outras medidas. Deve haver a estruturação de um grupo na escola para visitar o aluno, de modo a entender quais os motivos de sua infrequência/ evasão escolar. Explicitou que o Conselho Tutelar recebia as fichas do FICAI com dados incompletos, o que inviabilizava a sua atuação. Entende que esses esforços escolares são imprescindíveis. A Sra. Sheila Fernanda dos Santos esclareceu que não entendeu o motivo de ter sido convidada para o presente evento, tendo em vista que seu filho não evadiu da escola, apenas possuindo algumas faltas, mas que a situação já se encontra regularizada. Entende que o ensino público é precário e que não há atrativos no ensino para manter o jovem na escola. Gostaria de um ensino público de qualidade para seu filho. O Secretário de Educação explicou que não é obrigação do município oferecer ensino médio, mas que Macaé possui o colégio de aplicação, o pré-vestibular social, e uma faculdade municipal, possibilitando que o que o jovem macaense possua um ensino de qualidade. A SEMED vai continuar envidando esforços para melhoria


Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
M-+r. 2299

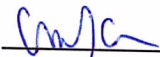
do ensino municipal. A Conselheira Tutelar Sra. Ingrid Aprigio pediu a colaboração dos pais no acompanhamento de seus filhos quanto à frequência escolar. Isso porque a sinalização da evasão escolar pode demonstrar muitas outras questões como violência, abuso, negligência. Entende que os pais devem trabalhar junto com o Conselho Tutelar nessa questão de infrequência/ evasão escolar. Pede que os pais se aproximem mais da escola. A Dra. Ilce Beraldi, presidente do Conselho Municipal de Educação, salientou para dois dados que foram apresentados como causa da evasão: o desinteresse e problemas de saúde. Gostaria que isso fosse analisado em contexto posterior e solicitou ao vereador Marcel Silvano que o foco das deliberações da Câmara não esteja na política de saúde ou de educação, mas sim nas necessidades específicas dos indivíduos que precisam da saúde e da educação. A Conselheira Tutelar, a Sra. Sandra de Nazaré esclareceu que sua fala se dá no sentido de estreitar os laços entre o Conselho Tutelar e a SEMED/ Serviço Social da SEMED. Sugeriu ao Secretário de Educação que, em um futuro próximo, a SEMED possa disponibilizar um assistente social para cada escola. O Secretário de Educação asseverou que o papel de realizar o atendimento aos pais e aos alunos é conferido ao orientador educacional de cada escola. Ademais, apesar de o projeto encontrar-se ainda embrionário, é preciso que cada escola possua um aparelho específico para trabalhar essas questões de infrequência/ evasão. A Sra. Luiziana de Almeida, do C.M. Botafogo, entende que a parceria escola- família é muito importante. Asseverou que a qualidade do ensino público de Macaé é real, e que há uma dedicação muito grande de todos os profissionais que estão na escola. A Professora Ballade Ayala esclareceu que uma das orientações passadas aos diretores foi da importância da presença da família junto à escola, especialmente no período da alfabetização. Porém, o aluno precisa chegar à escola, e por isso a necessidade de que os pais estejam mais presentes nesse processo. Ademais, é preciso aprender a trabalhar em rede. A escola deve acionar os CRAS para parcerias, e o desinteresse do aluno na escola deve ser pesquisado e analisado. A orientadora educacional Sra. Renata Tostes demonstrou tristeza diante do público de pais que já foram embora. Salientou que a escola não está contra os pais, mas que ela é uma aliada dele. O trabalho da escola é, sobretudo, de prevenção, já sendo minimizado o número de evadidos.


Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
Matr. 2299

Independentemente das condições adversas, cada órgão vem dando seu melhor. Parabenizou os pais que permanecem na Audiência Pública. A Sra. Janete Lopes parabenizou os presentes pela Audiência Pública. Esclareceu que, enquanto orientadora pedagógica, dentro da escola procura entender quem é aquela criança e aquela família para poder melhor auxiliá-los. Salientou que é indispensável o trabalho em rede, pois muitas vezes a criança precisa de um encaminhamento para outros lugares. O aluno deve ser visto não como um número, mas como uma pessoa, um sujeito de direitos. Se a família e a criança não estiverem bem, ela terá dificuldade de aprendizagem. Assim, deve haver uma articulação na rede para trabalhar todas as questões que permeiam a situação dessa família. Ademais, os professores também precisam de uma orientação. Entende que o objetivo final dessa Audiência Pública se consubstanciaria no estabelecimento de como pode ser articulado um trabalho em rede para minimizar ao máximo a evasão e infrequência escolar. A Professora e Diretora Sra. Ivone de Jesus entende que, na realidade presenciada em sua escola, a faixa predominante dos alunos evadidos é partir dos 14 anos. Entende que há poucas vagas para jovens-aprendizes, sendo que há uma grande demanda dos adolescentes nesse sentido, que acabam partindo para a mão de obra informal ou até mesmo para o tráfico. Entende que se os jovens tivessem mais oportunidades, a escola seria mais atrativa e faria mais sentido para eles. O Secretário de Educação asseverou que os dados devem ser apurados e analisados por segmento, justamente para apurar as especificidades de cada situação. A Promotora de Justiça frisou que a temática da evasão escolar, discutida e bem pensada, levará aos órgãos da rede e ao Ministério Público a atuarem de forma mais efetiva, principalmente por meio de instrumentos de tutela coletiva. Esclareceu também que o Projeto Nova Vida é muito utilizado pelo Judiciário, bem como pela rede de proteção especial que trabalha o acolhimento institucional. A Sra. Elizete Sanandres esclareceu que seus filhos sempre estudaram em escola privada. Possui filho com condição de aprendizagem elevada e seu desafio sempre foi mantê-lo na escola, pois sempre aprendeu tudo muito fácil. Enquanto educadora, entendia que precisava tornar a escola mais atrativa. Entende que é preciso resgatar o aluno para que a escola seja interessante para ele e que manter o aluno na escola é um desafio muito grande. Defendeu que a escola pública será de qualidade no



Regiane Cristina Dias Pinto
Promotora de Justiça
Matr. 2299

dia em que o aluno estiver todos os dias na escola, e os pais mostrando todos os dias que é um espaço importante para ele. O Sr. Felipe Carlos, pai de aluna, agradeceu aos diretores e orientadores e professores presentes. Esclareceu que é um pai presente na escola, e que observa diariamente o apoio que a escola dá a sua filha e a ele. Entende que os pais devem procurar sempre a escola, pois ela está aberta a recebê-los. A Srta. Vitória da Silva, aluna da rede municipal de ensino entende que a escola particular dá muito mais subsídios aos alunos no que tange à motivação para estudar do que as públicas. Em sua escola, por exemplo, há muitos professores faltosos, o que acaba repercutindo em um resultado insatisfatório dos alunos no ENEM. Por fim, a Dra. Regiane encerrou a Audiência Pública agradecendo aos presentes, e salientou que as discussões e questões apresentadas apresentam-se como valiosos instrumentos para a continuidade do trabalho de combate à evasão escolar, e que continuará envidando intensos esforços, em articulação contínua com a rede, para garantir o direito à educação em Macaé. Encerrou a Audiência Pública às 17h: 05 min, e, para constar, eu, CYNTHIA MONTEIRO DA SILVA ARAÚJO, Técnico do Ministério Público – Área Administrativa, mat. 7796, lavrei e assino a presente , juntamente com a Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Macaé - RJ, Exma. Sra. Dra. REGIANE CRISTINA DIAS PINTO, mat. 2299.


REGIANE CRISTINA DIAS PINTO

Promotora de Justiça Titular

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Macaé/RJ
Mat. 2299